



**ACÓRDÃO Nº922/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 1716/2012.**

**Apeensos:** Processo nº 6438/2012.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC

**4- Exercício:** 2011

**5- Responsáveis:** GEDEÃO TIMÓTEO AMORIM

**6- Unidade Técnica:** DICAD/AM e DICOP

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3840/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual . Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC. Exercício de 2011.

*Irregularidade. Multa.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Gedeão Timóteo Amorim, Secretário do Estado de Educação e Qualidade de Ensino - SEDUC, responsável pela Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas – SEDUC, no curso do exercício de 2011, nos termos do art. 22, III, da Lei Estadual n. 2.423/96;

**9.2. Aplicar Multa** ao Sr. Gedeão Timóteo Amorim, no valor de R\$ 35.073,00, em razão das impropriedades descritas nos itens 5.01 (Subitens 5.01.01, 5.01.02, 5.01.03, 5.01.04, 5.01.05, 5.01.10, 5.01.11, 5.01.12, 5.01.14, 5.01.15, 5.01.17, 5.01.20, 5.01.25, 5.01.26, 5.01.28, 5.01.29, 5.01.30, 5.01.31, 5.01.32, 5.01.34, 5.01.35, 5.01.36, 5.01.37, 5.01.39, 5.01.41, 5.01.48, 5.01.52, 5.01.53, 5.01.57, 5.01.59; 5.02 (Subitens 5.02.01.01, 5.02.02.01, 5.02.03.01, 5.02.04.01, 5.02.05.01, 5.02.05.02, 5.02.05.03, 5.02.06.01, 5.02.06.02, 5.02.07.01, 5.02.08.01, 5.02.09.01, 5.02.11.01, 5.02.11.02, 5.02.12.01, 5.02.12.02, 5.02.13.01, 5.02.14.01, 5.02.14.02, 5.02.14.03, 5.02.14.04, 5.02.14.05, 5.02.14.06, 5.02.15.01, 5.02.15.02, 5.02.17.01, 5.02.18.01, 5.02.18.02, 5.02.18.03, 5.02.18.04, 5.02.19.01, 5.02.19.01, 5.02.19.02, 5.02.20.01, 5.02.21.01,



**ACÓRDÃO Nº922/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

5.02.21.02, 5.02.21.03, 5.02.22.01, 5.02.23.01, 5.02.23.02, 5.02.24.01, 5.02.25.01, 5.02.25.02, 5.02.25.04, 5.02.25.06, 5.02.25.08, 5.02.25.10, 5.02.26.01, 5.02.27.04, 5.02.28.01, 5.02.29.01) do Relatório Conclusivo n.º 169/2015 – DICOP, fls. 9.516/9.642-v (correspondentes aos itens 1 (subitens I a XXX), 2 (subitens I a L) do Relatório Voto) bem como em razão do item 23 do Relatório n.º 37/2016 – DICAD/AM, fls. 10.892/10.912, e item 2 (letra “e”) do Parecer n.º 3840/2016, fls. 10.914/10.916, (correspondentes aos itens 3 (subitem I) e 6 do Relatório Voto), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ.

**9.2.1 FIXAR** o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Gedeão Timóteo Amorim recolha o valor da multa que lhe foi aplicada, aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei n. 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**9.2.2 AUTORIZAR**, em caso de não recolhimento do valor da condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE.

**10- Ata:** 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 21 de Novembro de 2016

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**

Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral